



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS**



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2022

**III Concurso Público para Provimento de Cargos
Analista Jurídico de Defensoria
Especialidade: Ciências Jurídicas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Montesquieu foi escritor e filósofo francês e um dos principais Iluministas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere a crônica abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

O estranho ofício de escrever

Crônica? Nunca a célebre definição de Mário de Andrade (sobre o conto) veio tão a propósito: crônica é tudo aquilo que chamamos de crônica.

Nunca me esqueço do dia em que o Carlos Castello Branco me disse, a propósito das crônicas que eu escrevia no falecido Diário Carioca, já se vão muitos anos:

– Eu, se fosse você, parava um pouco. Essa sua última crônica estava de amargar.

Parei dois anos por causa disso. Quando recomecei, como todo cronista que se preza, vez por outra recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor, confiante no ineditismo que o tempo lhe conferia. Até que chegou o dia em que no meu estoque não restava senão uma, aquela que o Castellinho havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico. Vai essa mesmo – decidi, tapando o nariz e escondendo a cara de vergonha.

Pois não vem o mesmo Castellinho me dizer, efusivo, a propósito da mesmíssima crônica:

– É das melhores coisas que você já escreveu.

Havia-se esquecido, o mandrião. E por causa dele eu passara dois anos no estaleiro. Quando lhe acusei a distração, ele não se perturbou:

– Agora achei boa. Ou a crônica melhorou, ou eu é que piorei.

(Adaptado de: SABINO, Fernando. In: **Os sabiás da crônica. Antologia.** Org. de Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 152)

1. No centro dessa crônica de Fernando Sabino está
 - (A) o rigor do julgamento literário que se costuma aplicar aos simples artigos de periódicos.
 - (B) a inconstância própria dos escritores que frequentam um gênero que não dominam.
 - (C) a disparidade de juízos despertados por um mesmo objeto em momentos distintos.
 - (D) a influência que pode ter um cronista criativo no aprimoramento do gosto dos leitores.
 - (E) o descaso com que o leitor comum costuma tratar as publicações em jornal.

2. Considerando o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Nunca a célebre definição [...] veio tão a propósito* (1º parágrafo) = Jamais a popular observação pareceu tão proposital.
 - (B) *Essa sua última crônica estava de amargar* (3º parágrafo) = Esse seu artigo derradeiro estava por demais ácido.
 - (C) *vez por outra recauchutava um escrito antigo* (4º parágrafo) = amiúde descartava uma velha crônica.
 - (D) *confiante no ineditismo que o tempo lhe conferia* (4º parágrafo) = convencido da novidade de que ela se revestia com o passar do tempo.
 - (E) *me dizer, efusivo, a propósito da mesmíssima crônica* (5º parágrafo) = me manifestar, perspicaz, a respeito da mesmice daquela crônica.

3. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
 - (A) Não se esperem dos cronistas de jornal que nos brindem sempre com sua originalidade.
 - (B) Ao cronista Fernando Sabino não haveriam de faltar meios para reativar crônicas antigas.
 - (C) Por vezes destacam-se entre as melhores crônicas a que já considerou como medíocre.
 - (D) A quem, senão aos bons leitores, cabem julgar as reais qualidades de um texto?
 - (E) Teria faltado ao Castellinho, leitor rigoroso, critérios para um julgamento mais coerente?

4. O segmento *Pois não vem o mesmo Castellinho me dizer* (5º parágrafo) pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do contexto, por:
 - (A) E não é então que o próprio Castellinho me disse
 - (B) Não teria vindo me dizer o Castellinho, ele mesmo
 - (C) E portanto o Castellinho mesmo, me haveria de dizer
 - (D) Ainda que assim mesmo tivesse me dito o Castellinho
 - (E) Foi pela mesma razão que o Castellinho teria me dito



5. Há emprego da voz passiva e adequada correlação entre os tempos verbais na frase:
- (A) O amigo Castellinho revelara-se muito rigoroso quando viesse a julgar a crônica que Fernando Sabino havia escrito.
 - (B) Fernando Sabino espantara-se quando o amigo elogiaria uma crônica que já tivesse recriminado.
 - (C) Não se pode esperar que um cronista pudesse ter escrito todos os dias crônicas de valor incontestável.
 - (D) Quando passam a se criticar mutuamente, alguns cronistas terão manifestado um rigor que jamais aplicassem a si mesmos.
 - (E) Tantas crônicas já foram escritas que não seria possível reconhecer em todas o mesmo grau de excelência.

Atenção: Considere o texto abaixo, do pensador francês Voltaire (1694-1778), para responder às questões de números 6 a 10.

O preço da justiça

Vós, que trabalhais na reforma das leis, pensai, assim como grande jurisconsulto Beccaria, se é racional que, para ensinar os homens a detestar o homicídio, os magistrados sejam homicidas e matem um homem em grande aparato.

Vede se é necessário matá-lo quando é possível puni-lo de outra maneira, e se cabe empregar um de vossos compatriotas para massacrar habilmente outro compatriota. [...] Em qualquer circunstância, condenai o criminoso a viver para ser útil: que ele trabalhe continuamente para seu país, porque ele prejudicou o seu país. É preciso reparar o prejuízo; a morte não repara nada.

Talvez alguém vos diga: “O senhor Beccaria está enganado: a preferência que ele dá a trabalhos penosos e úteis, que durem toda a vida, baseia-se apenas na opinião de que essa longa e ignominiosa pena é mais terrível que a morte, pois esta só é sentida por um momento”.

Não se trata de discutir qual é a punição mais suave, porém a mais útil. O grande objetivo, como já dissemos em outra passagem, é servir o público; e, sem dúvida, um homem votado todos os dias de sua vida a preservar uma região da inundação por meio de diques, ou a abrir canais que facilitem o comércio, ou a drenar pântanos infestados, presta mais serviços ao Estado que um esqueleto a pendular de uma forca numa corrente de ferro, ou desfeito em pedaços sobre uma roda de carroça.

(VOLTAIRE. **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 18-20)

6. Ao posicionar-se contra a aplicação da pena de morte, o argumento central de Voltaire é de caráter
- (A) religioso, deixando entrever sua formação piedosa e seu empenho no amar ao próximo.
 - (B) moral, baseado na tese de que todos os deslizes humanos merecem compreensão.
 - (C) jurídico, na medida em que o pleno direito à defesa é um caminho seguro para a absolvição.
 - (D) pragmático, pela possibilidade de que a reparação do erro seja socialmente útil.
 - (E) político, uma vez que muitas condenações se fazem por conveniências de poder.
7. Voltaire acusa o sentido **contraditório** de um determinado posicionamento ao referir-se a ele nestes segmentos:
- (A) *massacrar habilmente um compatriota/detestar o homicídio*
 - (B) *matem um homem/em grande aparato*
 - (C) *Beccaria está enganado/o grande objetivo é servir o público*
 - (D) *presta mais serviços ao Estado/trabalhos penosos e úteis*
 - (E) *servir ao público/preservar uma região da inundação*
8. As formas verbais em *vós que trabalhais, pensai* e *vede*, uma vez flexionadas na 2ª pessoa do singular, ficarão, respectivamente:
- (A) tu que trabalha, pense, veja.
 - (B) tu que trabalhas, pensa, vê.
 - (C) tu que trabalhas, pensas, vejas.
 - (D) tu que trabalhes, penses, vês.
 - (E) tu que trabalhe, pense, vê.
9. A frase *Não se trata de discutir qual é a punição mais suave, porém a mais útil* ganha uma nova redação, na qual se mantém sua correção e seu sentido em:
- (A) Não se discute que a punição seja mais suave, no caso da mesma ser mais útil.
 - (B) Uma vez que seja mais útil, não importa que a punição seja ainda mais suave.
 - (C) É o caso de se discutir qual punição é a mais útil, e não a mais suave.
 - (D) Uma vez que seja mais útil, não se discuta se a punição é mais suave.
 - (E) Não vem ao caso uma punição na qual seja mais suave, porquanto mais útil.



10. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) A racionalidade de que devemos nos basear evita decisões incompreensíveis, como legitimar uma sentença de morte aonde a reparação é nula.
 - (B) Uma punição de cuja utilidade se estenda à sociedade é preferível do que aquela que nenhuma reparação traz em sua aplicação.
 - (C) Ao contrário de uma sentença na qual decorrem benefícios sociais, a condenação à morte não lhes propicia a ninguém.
 - (D) A legislação à quem cabe estipular as punições deve atentar nas consequências finais da aplicação das sanções.
 - (E) Não faltam exemplos com os quais Voltaire lembra certas medidas punitivas cujos efeitos propiciam algo de bom para a sociedade.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 14.

[Viver a pressa]

Há uma continuidade entre a lógica intensamente competitiva e calculista do mundo do trabalho e aquilo que somos e fazemos nas horas em que estamos fora dele.

O vírus da pressa alastra-se em nossos dias de uma forma tão epidêmica como a peste em outros tempos: a frequência do acesso a um website despenca caso ele seja mais lento que um site rival. Mais de um quinto dos usuários da internet desistem de um vídeo caso ele demore mais que cinco segundos para carregar.

Excitação efêmera, sinal de tédio à espreita. Estará longe o dia em que toda essa pressa deixe de ser uma obsessão? Será que a adaptação triunfante aos novos tempos da velocidade máxima acabará por esvaziar até mesmo a consciência dessa nossa degradação descontrolada?

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 88)

11. No primeiro parágrafo do texto o autor estabelece uma relação direta entre
- (A) as diversas modalidades de trabalho em que nos aplicamos ao longo da nossa vida.
 - (B) a lógica que rege a execução dos nossos trabalhos e a superação dela em nosso ócio.
 - (C) as condições que regem nosso trabalho e as que assim permanecem mesmo fora dele.
 - (D) as leis a que nos curvamos em nosso trabalho e a liberdade de ir muito além delas.
 - (E) as formas de trabalhar que prezamos e aquelas que somos capazes de descartar.
12. Ao avaliar a continuidade entre a lógica do trabalho e a que rege nossa vida fora dele o autor manifesta sua
- (A) adesão ao valor positivo da *excitação efêmera* que essa continuidade ganha na modernidade.
 - (B) preocupação com a deterioração humana provocada pelo *vírus da pressa* em nossa vida contemporânea.
 - (C) indignação contra aqueles que subestimam a *lógica competitiva* e manifestam sua nostalgia de tempos mais calmos.
 - (D) rejeição ao fato de que só nos momentos de lazer negamos a *lógica calculista* do mundo do trabalho.
 - (E) crítica às condições ilógicas do mundo do trabalho, que não se reproduzem quando *estamos fora dele*.
13. Identifica-se o sentido funcional de uma **condicionalidade** no seguinte segmento do texto:
- (A) *uma forma tão epidêmica como a peste*
 - (B) *aquilo que somos e fazemos*
 - (C) *a frequência do acesso a um website despenca*
 - (D) *desistem de um vídeo caso ele demore*
 - (E) *o vírus da pressa alastra-se em nossos dias*
14. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Ao detectar, em nossos dias tão agitados, o vírus da pressa, que contamina não apenas o tempo do trabalho, mas também o tempo de outras ocupações, o autor mostra seu temor de que, se assim continuar, nossa civilização se degradará.
 - (B) Ao detectar em nossos dias, tão agitados o vírus da pressa, que contamina não apenas o tempo do trabalho mas, também, o tempo de outras ocupações, o autor mostra seu temor, de que, se assim continuar, nossa civilização se degradará.
 - (C) Ao detectar, em nossos dias tão agitados o vírus da pressa, que contamina, não apenas o tempo do trabalho mas também o tempo de outras ocupações, o autor mostra seu temor de que, se assim continuar nossa civilização, se degradará.
 - (D) Ao detectar em nossos dias tão agitados, o vírus da pressa que contamina, não apenas o tempo do trabalho mas, também o tempo, de outras ocupações, o autor mostra seu temor de que, se assim continuar nossa civilização se degradará.
 - (E) Ao detectar em nossos dias tão agitados o vírus, da pressa que contamina não apenas o tempo do trabalho, mas também o tempo de outras ocupações, o autor mostra, seu temor, de que, se assim continuar nossa civilização se degradará.

**Conhecimentos Jurídicos e Institucionais**

15. A emenda constitucional nº 80/2014 ampliou o escopo de atuação da Defensoria Pública inserindo, no artigo 134 da Constituição Federal, uma atribuição que a Instituição já desenvolvia em razão de expressa previsão legal, consistente na legitimidade para a
- (A) defesa dos direitos coletivos.
 - (B) propositura de ação popular.
 - (C) promoção da ação penal pública.
 - (D) propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) orientação jurídica e a defesa dos necessitados.
-
16. Ao analisar um problema trazido no atendimento, o Defensor Público informa ao assistido que não poderá ajudá-lo juridicamente, recusando a atuação. Nesse caso, em conformidade ao que dispõe a Lei complementar nº 80/1994, o assistido
- (A) deve concordar, em virtude da independência funcional do Defensor.
 - (B) tem o direito de ter sua pretensão revista.
 - (C) tem o direito de ser atendido pelo Defensor natural, que não pode recusar a atuação.
 - (D) tem o direito de reapresentar sua pretensão em 15 dias.
 - (E) deve recorrer ao Conselho Superior da Instituição.
-
17. Em uma situação hipotética, a ex-companheira de um servidor da Defensoria Pública comparece à Instituição para solicitar assistência jurídica diante de um mandado de citação em ação de reintegração de posse. Para prejudicá-la, o servidor deixa de encaminhar o documento ao Defensor Público responsável no prazo devido. Essa conduta caracteriza, em tese, o crime de
- (A) concussão.
 - (B) advocacia administrativa.
 - (C) peculato.
 - (D) prevaricação.
 - (E) condescendência criminosa.
-
18. O artigo 3º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 01/1990, ao prever que a *Defensoria Pública poderá celebrar convênios com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais para a execução descentralizada dos seus serviços* reflete
- (A) a independência funcional de seus membros.
 - (B) o princípio institucional da indivisibilidade.
 - (C) a autonomia administrativa da Defensoria Pública.
 - (D) o princípio institucional da unidade.
 - (E) a iniciativa legislativa da Defensoria Pública.
-
19. Os objetivos da Defensoria Pública, previstos no artigo 3-A da Lei Complementar nº 80/1994, reproduzem os fundamentos do Estado Democrático de Direito e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, trazidos nos artigos 1º e 3º da Constituição Federal, ao afirmarem:
- (A) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
 - (B) o pluralismo político.
 - (C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
 - (E) a autodeterminação dos povos.
-
20. Em conformidade com a Lei Estadual nº 4.077/2014, a evolução funcional do quadro de Servidores Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Amazonas ocorre
- (A) por progressão horizontal, que consiste na evolução do servidor para a classe subsequente, mediante adequada titulação e classificação no processo de avaliação periódica de desempenho.
 - (B) por progressão vertical, que consiste na evolução do servidor para o padrão seguinte, mantida a classe, mediante classificação no processo de avaliação periódica de desempenho ou por aprovação em estágio probatório.
 - (C) automaticamente, não estando vinculada ao processo de avaliação periódica de desempenho.
 - (D) a cada 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, no caso da progressão vertical.
 - (E) nos limites da dotação orçamentário-financeira anual.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal, o direito de voto das pessoas presas é
- (A) assegurado, desde que ausente condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
 - (B) assegurado, desde que a acusação ou condenação seja por crime praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa.
 - (C) vedado diante da privação de liberdade no período de dois anos que antecede as eleições.
 - (D) vedado diante da privação de liberdade no período das eleições, independentemente do tempo de prisão anterior.
 - (E) assegurado, desde que ausente condenação criminal com ou sem trânsito em julgado.
-
22. São princípios institucionais da Defensoria Pública previstos na Constituição Federal:
- (A) universalidade, divisibilidade e autonomia funcional.
 - (B) unidade, divisibilidade e autonomia funcional.
 - (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
 - (D) universalidade, divisibilidade e independência funcional.
 - (E) unidade, indivisibilidade e autonomia funcional.
-
23. O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal
- (A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.
 - (B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
 - (C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
 - (D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
 - (E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
-
24. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas ^I, a sanções nas esferas ^{II}
- Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:
- (A) físicas ou jurídicas – administrativa e civil
 - (B) físicas – administrativa, civil e penal
 - (C) jurídicas – administrativa, civil e penal
 - (D) físicas ou jurídicas – administrativa, civil e penal
 - (E) jurídicas – administrativa e civil
-
25. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à
- (A) educação, previdência e assistência social.
 - (B) saúde, previdência e assistência social.
 - (C) saúde, cultura e assistência social.
 - (D) educação, cultura e comunicação social.
 - (E) saúde, previdência e comunicação social.
-

Direito Administrativo

26. De acordo com a Constituição Federal, são princípios expressos que regem a Administração pública direta e indireta:
- (A) legalidade, impulso oficial, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (C) supremacia do interesse público, moralidade, legalidade, publicidade e eficiência.
 - (D) impessoalidade, eticidade, socialidade, publicidade e eficiência.
 - (E) legalidade, impulso oficial, eticidade, socialidade e operabilidade.
-



27. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes é
- (A) objetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável independentemente de dolo ou culpa.
 - (B) subjetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (C) objetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (D) subjetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor responsável independentemente de dolo ou culpa.
 - (E) objetiva em relação a terceiros e não permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável.

28. O bem público que abriga uma repartição pública, ou seja, o local onde se realiza atividade pública, pode ser classificado quanto à sua destinação como bem público
- (A) natural.
 - (B) de uso comum.
 - (C) alienável.
 - (D) de uso especial.
 - (E) singular.

29. A licitação pela modalidade da tomada de preços caracteriza-se pela participação de
- (A) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
 - (B) quaisquer interessados que, na fase de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - (C) interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (D) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, da Lei nº 8.666/1993, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
 - (E) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

30. Sobre as características e regime jurídico das autarquias, considere:

- I. São pessoas jurídicas de direito privado.
- II. A sua criação depende de lei específica.
- III. Integram a Administração pública indireta.
- IV. Não estão sujeitas às regras de licitação.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

Direito Civil

31. De acordo com o artigo 44 do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado as
- (A) sociedades, as autarquias e as fundações.
 - (B) associações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
 - (C) fundações, as sociedades e as agências reguladoras.
 - (D) empresas individuais com responsabilidade limitada, a União e os partidos políticos.
 - (E) organizações religiosas, os Municípios e as associações.



32. Paulo adquiriu um veículo de Carlos e lhe pagou a quantia devida. Ao receber o automóvel, verificou se tratar de bem com qualidade inferior à prometida. Nesse caso, Paulo poderá provar o dolo de Carlos e requerer a
- (A) declaração da nulidade do negócio jurídico a qualquer tempo.
 - (B) anulação do negócio jurídico no prazo de 5 anos, a contar do dia em que este se realizou.
 - (C) anulação do negócio jurídico no prazo de 4 anos, a contar do dia em que este se realizou.
 - (D) anulação do negócio jurídico no prazo de 10 anos, a contar da data da promessa de compra e venda.
 - (E) declaração da nulidade do negócio jurídico no prazo de 4 anos, a contar do dia em que este se realizou.
-
33. Maria e José herdaram de seus pais um imóvel indivisível e, atualmente, são os únicos possuidores do bem. Segundo o Código Civil, Maria
- (A) poderá exercer sobre o imóvel atos possessórios, desde que estes não excluam os de José.
 - (B) poderá exercer sobre o imóvel atos possessórios, ainda que estes excluam os de José.
 - (C) apenas poderá exercer atos possessórios sobre o imóvel com a anuência de José.
 - (D) não poderá exercer atos possessórios sobre o imóvel, assegurado o direito de reclamar perdas e danos.
 - (E) somente poderá exercer atos possessórios sobre o imóvel, a fim de evitar a injusta ameaça de terceiros.
-
34. Bruno e Marco pretendem constituir união estável. No tocante às relações patrimoniais desta união,
- (A) os companheiros não poderão eleger o regime de bens por se tratar de sociedade de fato.
 - (B) o regime da comunhão parcial de bens deverá ser aplicado obrigatoriamente à união.
 - (C) salvo contrato entre os companheiros, será aplicado, no que couber, o regime de comunhão universal de bens.
 - (D) os companheiros poderão adotar o regime de separação de bens por meio de contrato escrito entre eles.
 - (E) salvo contrato entre os companheiros, será aplicado, no que couber, o regime de separação de bens.
-
35. Tício possui as seguintes dívidas decorrentes de:
- I. Cobrança de imposto de renda.
 - II. Obrigação oriunda de fiança concedida em contrato de locação residencial.
 - III. Cobrança de empréstimo bancário pessoal.
- Segundo a Lei nº 8.009/1990 e as exceções ali previstas, a impenhorabilidade do bem de família de Tício estaria assegurada em relação às dívidas indicadas nos itens:
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, apenas.
-

Direito Processual Civil

36. Carlos e Joana são casados há 10 anos e não tiveram filhos. Em razão de desentendimentos entre o casal, em 2021, este ingressou com o divórcio judicial em face daquela. Sobre a competência para a referida ação,
- (A) é competente o foro do domicílio de Joana, se Carlos ainda residir no antigo domicílio do casal.
 - (B) a competência deve ser aferida de acordo com o local em que foi celebrado o casamento.
 - (C) é competente o foro do último domicílio do casal, se uma das partes ainda residir no local.
 - (D) a competência deve ser aferida de acordo com o foro de situação dos bens imóveis.
 - (E) é competente o foro do domicílio de Carlos, se Joana ainda residir no antigo domicílio do casal.
-



37. Marcos alugou seu imóvel a Pedro, pelo período de trinta e cinco meses, por meio de contrato escrito de locação residencial. Escoado o referido prazo, o locatário continuou na posse do imóvel por mais seis meses e sem oposição do locador. No entanto, recentemente, Pedro recebeu uma notificação de Marcos, solicitando a extinção do contrato e a desocupação do imóvel. Sobre o assunto e de acordo com a Lei nº 8.245/1991,
- (A) Marcos poderá denunciar o contrato a qualquer tempo, desde que concedido o prazo de trinta dias a Pedro para desocupação do imóvel.
 - (B) Marcos não poderá denunciar o contrato, caso Pedro esteja adimplente com o aluguel e demais encargos da locação.
 - (C) Pedro poderá ajuizar ação renovatória da locação, já que reside no imóvel há mais de 30 meses.
 - (D) Marcos deverá ajuizar ação de reintegração de posse, para reaver o imóvel em razão do término da locação.
 - (E) se Pedro prestar caução equivalente a 3 meses de aluguel, o contrato será prorrogado automaticamente, independentemente da anuência de Marcos.
-
38. Maria foi ré em uma ação petítória e, por um equívoco, o mandado de citação foi entregue para sua vizinha. A demanda foi julgada à sua revelia e os pedidos formulados na petição inicial foram julgados procedentes. O cumprimento de sentença foi iniciado pela parte autora após o trânsito em julgado do processo de conhecimento. Ao receber o mandado para desocupação do imóvel, Maria, que até então desconhecia a ação petítória, procurou a Defensoria Pública. A medida judicial adequada para a alegação de nulidade da citação consiste em:
- (A) Chamamento ao processo.
 - (B) Embargos de terceiro.
 - (C) Oposição.
 - (D) Querela *Nullitatis*.
 - (E) Denúnciação da lide.
-
39. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, podem propor ação perante o Juizado Especial Cível:
- (A) os insolventes civis.
 - (B) as pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.
 - (D) as massas falidas.
 - (E) os incapazes.
-
40. Acerca do inventário e da partilha por escritura pública:
- (A) O inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública sem a concordância de todos os interessados, desde que cada parte esteja representada por seu advogado ou por defensor público.
 - (B) Havendo interessado incapaz, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, desde que aquele esteja representado por advogado ou por defensor público.
 - (C) O inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública sem a assistência de advogado ou de defensor público, caso todos os interessados estejam de acordo.
 - (D) Se houver a concordância de todos os interessados, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, desde que todos sejam capazes e estejam representados por advogado ou por defensor público.
 - (E) Havendo interessado incapaz, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, desde que haja a nomeação de curador especial.
-

Direito Penal

41. Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da
- (A) aceitação social.
 - (B) intervenção mínima.
 - (C) reserva legal.
 - (D) isonomia.
 - (E) ampla defesa.
-



42. Ao realizar o cálculo da pena, o juiz de direito deverá obedecer ao sistema trifásico. De acordo com o Código Penal, isso significa:
- (A) para a primeira fase, o Código disciplina que a pena-base será fixada com base no livre convencimento motivado do juiz; em seguida, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e depois as agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento de pena.
 - (B) a pena-base será fixada conforme o disposto no art. 59 do Código Penal; depois, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes para se chegar na pena final.
 - (C) a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 do Código Penal, conhecida como primeira fase; em seguida, na segunda fase, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento; por fim, na terceira fase, as circunstâncias atenuantes e agravantes.
 - (D) na primeira fase, a pena será fixada conforme disposto no art. 59 do Código Penal; após, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes na segunda fase; e, na terceira fase, serão analisadas as causas de diminuição e de aumento de pena.
 - (E) para a primeira fase, o Código disciplina que a pena-base será fixada com base no livre convencimento motivado do juiz; em seguida, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento da pena; por último, na terceira fase, circunstâncias atenuantes e agravantes.
-
43. Alfredo está guardando em seu armário uma sacola contendo quase 900 gramas de entorpecentes. A sacola está em sua casa desde 11 de janeiro de 2001. Acontece que, em 14 de abril de 2001, entra em vigor, na data de sua publicação, uma lei que pune de forma mais gravosa a prática do delito de tráfico. A polícia, no dia 15 de maio de 2001, com mandado de busca e apreensão, ingressa na casa de Alfredo e localiza as drogas. Considerando as regras a respeito da lei penal no tempo,
- (A) uma vez que se trata de crime permanente, Alfredo se beneficiará com a lei que vigia no dia em que se iniciou sua conduta.
 - (B) Alfredo será beneficiado pela incidência da lei mais benéfica, ainda que se trate de crime continuado, já que estava com as drogas antes da vigência da nova lei.
 - (C) a defesa de Alfredo deverá alegar que o Código Penal adotou a teoria do resultado, para que se busque a aplicação da lei mais benéfica.
 - (D) ainda que não tenha cessado a permanência, a lei penal mais grave não pode retroagir em prejuízo do réu.
 - (E) é possível que Alfredo seja punido pela lei penal mais grave, uma vez que se trata de crime permanente, de modo que a lei mais grave pode ser aplicada enquanto não cessada a permanência.
-
44. Jeferson decide praticar um crime de roubo, sozinho, em uma farmácia. Para tanto, vai até o local, rende os funcionários e, de repente, antes mesmo de se apossar de algum bem, após o alarme tocar, é surpreendido pela Polícia, momento em que sai correndo para tentar fugir, mas é alcançado e preso em flagrante. De acordo com essas informações, a defesa de Jeferson deverá pleitear o reconhecimento de
- (A) desistência voluntária.
 - (B) arrependimento eficaz.
 - (C) tentativa.
 - (D) arrependimento posterior.
 - (E) crime impossível.
-
45. César é açougueiro e está trabalhando regulamente no *freezer* do açougue, quando uma pessoa, fugindo da Polícia, se esconde atrás de algumas peças de carne, sem que César tenha percebido. Ao terminar seu turno, cansado, César acaba jogando uma enorme faca em direção a um armário, momento em que a faca acaba por acertar fatalmente o fugitivo. Sobre a conduta de César, trata-se de caso de exclusão
- (A) do dolo por erro de tipo.
 - (B) da imputabilidade.
 - (C) da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.
 - (D) do dolo por erro de proibição.
 - (E) de ilicitude.

Direito Processual Penal

46. Após ser proferida a sentença pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, o Defensor Público entende que essa foi contrária à decisão dos jurados. Nesse caso, deve interpor recurso
- (A) de Apelação.
 - (B) de Agravo de Instrumento.
 - (C) em Sentido Estrito.
 - (D) de Agravo Regimental.
 - (E) Carta Testemunhável.



47. Aline, mulher que sofre violência doméstica, procura a Defensoria Pública para atendimento. Sobre as medidas protetivas da Lei Maria da Penha,
- (A) a autoridade judicial é a única competente para determinar o afastamento do agressor do lar.
 - (B) Aline vai ter direito de ser notificada quando seu agressor for preso e quando sair da prisão.
 - (C) o rol de medidas protetivas é taxativo.
 - (D) Aline, para facilitar o andamento do processo, poderá entregar a notificação ao agressor.
 - (E) a Polícia não poderá ser acionada para auxiliar na retirada dos bens da residência do casal.
-
48. Cleiton, réu em um processo criminal, após oitiva das testemunhas na audiência de instrução, debates e julgamento, em entrevista particular e reservada, questiona seu Defensor Público sobre seus direitos no ato do interrogatório. A respeito do momento do interrogatório,
- (A) é o primeiro ato da audiência na no procedimento comum ordinário.
 - (B) o silêncio do réu poderá ser utilizado em seu desfavor, tendo o mesmo peso que a confissão, já que o interrogatório é o momento para apresentar sua versão dos fatos.
 - (C) a confissão é prova absoluta e independe de outras provas dos autos.
 - (D) a confissão, uma vez oferecida, não poderá ser retratada.
 - (E) em sua primeira fase, o juiz deverá perguntar sobre questões pessoais, envolvendo residência, profissão, oportunidades sociais, meios de vida ou profissão.
-
49. Aparecida foi presa em flagrante, acusada de ter praticado o crime de lesão corporal, após entrar em uma luta corporal, saindo da academia. A respeito da prova pericial, o Código de Processo Penal dispõe que, no caso de infração que tenha deixado vestígios,
- (A) o juiz decidirá, fundamentadamente, se será indispensável ou não o exame de corpo de delito.
 - (B) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, podendo deixar de realizá-lo quando houver confissão da acusada.
 - (C) será dispensável o exame de corpo de delito, conforme livre convencimento motivado do juiz.
 - (D) será indispensável a realização de exame de corpo de delito, ainda que seja indireto, não podendo deixar de realizá-lo somente por conta da confissão da acusada.
 - (E) poderá ser dispensada a realização do exame de corpo de delito se tiver concordância entre as partes.
-
50. Anderson, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo
- (A) não pode prever a reparação do dano pelo agente e nem o comparecimento em juízo.
 - (B) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 3 anos.
 - (C) tem como condições a proibição de frequentar determinados lugares e o comparecimento mensal em juízo.
 - (D) exige que o agente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.
 - (E) exige prova de que o agente não integre organização criminosa.

Direitos Humanos

51. A ratificação de tratados internacionais de direitos humanos na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, implica a recepção do respectivo tratado com *status*:
- (A) de emenda constitucional.
 - (B) infraconstitucional.
 - (C) supraconstitucional.
 - (D) supralegal.
 - (E) infralegal.
-
52. O Tribunal Penal Internacional foi instituído por tratado internacional que foi denominado/a:
- (A) Convenção de Genebra.
 - (B) Protocolo de Kyoto.
 - (C) Carta de Nuremberg.
 - (D) Tratado de Tóquio.
 - (E) Estatuto de Roma.
-
53. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trata, especificamente,
- (A) da criação e composição do Comitê sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - (B) da capacidade legal a ser atribuída às pessoas com deficiência pelos ordenamentos jurídicos estatais.
 - (C) da instituição da avaliação biopsicossocial como forma de classificação das deficiências.
 - (D) do recebimento de petições individuais pelo Comitê sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - (E) da vedação da internação involuntária pelas pessoas com transtorno mental severo em quaisquer casos.



54. No sistema interamericano, as denúncias individuais devem ser inicialmente apresentadas perante
- (A) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
 - (B) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - (C) a Comissão ou a Corte Interamericanas de Direitos Humanos.
 - (D) o/a Defensor/a Público/a Interamericano/a.
 - (E) a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos.
-
55. Para a federalização de um crime contra os direitos humanos, o incidente de deslocamento de competência deve ser impetrado pelo Procurador-Geral da República no
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal Regional Federal.
 - (E) Tribunal Superior Eleitoral.

Direito da Criança e do Adolescente, da Pessoa com Deficiência e da Mulher

56. Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas podem ser aplicadas a atos infracionais praticados apenas por
- (A) crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos.
 - (B) jovens de 14 a 24 anos incompletos.
 - (C) adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.
 - (D) crianças de 0 a 12 anos incompletos.
 - (E) adolescentes de 16 a 18 anos incompletos.
-
57. Segundo previsão expressa da Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012),
- (A) à União compete o desenvolvimento e a oferta de programas de atendimento.
 - (B) ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) competem as funções executivas e de gestão do SINASE.
 - (C) à União compete garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional.
 - (D) ao Estado compete criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
 - (E) ao Estado compete garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.
-
58. A gratuidade no transporte coletivo urbano é assegurada expressamente pela Constituição Federal aos maiores de
- (A) 65 anos.
 - (B) 70 anos.
 - (C) 60 anos.
 - (D) 75 anos.
 - (E) 80 anos.
-
59. Consiste em causa de incapacidade total, conforme alterações do Código Civil pela Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) os ébrios habituais.
 - (B) os menores de 16 anos.
 - (C) os viciados em substâncias psicoativas.
 - (D) os pródigos.
 - (E) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
-
60. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a Lei Maria da Penha, a violência
- (A) moral, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
 - (B) patrimonial, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.
 - (C) física, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
 - (D) sexual, entendida como qualquer conduta que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
 - (E) psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: itens 10.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. 10.4 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de **01 (uma) questão prática**, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo IIA deste Edital, adequados às atribuições do cargo/área/especialidade para o qual o candidato se inscreveu. 10.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 60 (sessenta)**. 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.7.1 fugir ao tema proposto; 10.7.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.7.3 for assinada fora do local apropriado; 10.7.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.7.5 estiver em branco; 10.7.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.7.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.8 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.9 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de **15 (quinze) linhas** para a questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.10 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.11 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 10.12 O candidato não habilitado na Prova Discursiva-Estudo de Caso será excluído do Concurso.

QUESTÃO 1

Maria de Jesus procura pelo atendimento da Defensoria Pública do Estado do Amazonas e relata ser vítima de violência física e psicológica por parte de seu companheiro, com quem convive há mais de três anos. Dessa união nasceu Jean, seu filho de cinco anos de idade.

Ela relata que na data anterior àquela em que compareceu à Defensoria foi novamente atacada pelo agressor, explicando não possuir outro local para morar, exceto a casa que coabitam. Também contou não possuir familiares próximos que possam acolhê-la, bem como a seu filho.

Preocupa-se porque não possui renda própria, é trabalhadora do lar e a família sobrevive da renda do companheiro que, eventualmente, realiza trabalhos esporádicos.

Considerando o que foi relatado por Maria de Jesus, elabore Estudo de Caso que contenha, para apreciação do Defensor Público, destaques dos pontos principais levantados por Maria que podem ensejar orientação e ação extrajudicial ou judicial em seu favor, de forma fundamentada, com base na legislação correlata.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	